## Promovendo mudanças

Paulo de Mesquita Neto

os primeiros cem dias, o Governo Lula enfrentou graves problemas na área da segurança pública: o assassinato de um juiz em São Paulo e outro no Espírito Santo e as explosões de bombas, incêndios, depredações e tiroteios provocados pelo crime organizado no Rio de Janeiro. Neste período, o Governo federal adotou medidas emergenciais bastante controvertidas para conter a crise da segurança no Rio de Janeiro: mobilizou o Exército para patrulhar as ruas e intermediou a transferência do traficante Fernandinho Beira-Mar para prisões em São Paulo e

Além disso, editou medidas provisórias visando a aumentar o efetivo da Polícia Federal e criar a carreira de agente penitenciário federal, e anunciou a construção de presídios federais.

Alagoas.

Lançou ainda um programa de incentivos à implantação do Sistema Unico da Segurança Pública (Susp), com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que inclui a integração operacional entre as polícias federais, polícias estaduais e

guardas municipais, a intensificação da colaboração entre as polícias, o Ministério Público e o Judiciário na luta contra o crime organizado, a valorização e formação profissional dos policiais, o aperfeiçoamento do sistema de gestão das polícias, a criação de ouvidorias e o fortalecimento do controle externo das polícias e a qualificação das perícias.

As iniciativas do Governo federal são promissoras e podem contribuir de maneira significativa para melhoria da segurança pública, particularmente se associadas a projetos de policiamento comunitário e de prevenção da violência, que faziam parte do programa de segurança do candidato Lula. A realização das promessas, particularmente a implantação do Susp e dos gabinetes de gestão integrada da segurança pública nos Estados, dependerá não apenas do Ministério da Justiça, mas também do apoio do conjunto do Governo federal, do Congresso Nacional e da sociedade civil.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, da ordem de R\$ 404 milhões para 2003, são valiosos, mas insuficientes como incentivo para que os governos estaduais e os governos municipais apóiem a implantação do Susp. Os Estados e

municípios mostram disposição de colaborar, mas é necessário que o Governo federal demonstre, na prática, a integração operacional que pretende promover nas esferas estaduais e municipais, condicionando a liberação de outros recursos sob controle do Ministério da Justiça e de outros Ministérios, e não apenas dos recursos do FNSP, à adoção de medidas concretas pelos Estados e municípios, visando à implantação do Susp.

O desafio é grande. As emergências, con-

trovérsias, resistências e escândalos no percurso serão muitos. A sociedade civil, os trabalhadores e os empresários precisam continuar a cobrar ações e resultados, como têm feito há anos, mas também for necer o apoio necessário, apoio este que o Governo federal deverá fazer por merecer, promovendo as mudanças prometidas e produzindo os resultados esperados.

O desafio é grande.
Controvérsias e resistências serão muitas

PAULO DE MESQUITA NETO é secretário-executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência